

Então, o nosso compromisso com vocês é o seguinte: eu não posso dizer a vocês que vamos transferir o albergue amanhã para a Rodoferroviária. Não seria decente fazer isso. Vocês sabem muito bem. Não há como a gente preparar a Rodoferroviária, gastar um dinheiro exorbitante para prepará-la para mais uma situação transitória. Não é bom que se pense assim, nem vamos enganar vocês. Nós vamos, logo que construídos os dois primeiros albergues, fazer uma estratégia de separação que já permita um alívio a vocês de uma série de coisas.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Olair Francisco que o encaminhamento primeiro que ele expôs, nós já estamos fazendo. Eu já me reuni com o Secretário de Segurança Pública, já conversei com o Comandante da Polícia Militar, já conversei com o nosso delegado e vou reiterar hoje ao Secretário de Segurança Pública que, junto com o nosso Comandante lá da região, seja providenciado um policiamento da polícia montada, porque é mais ostensivo e faz com que a gente passe mais vezes ali, e intimide mais os bandidos que estão lá. Então, isso a gente vai fazer. Isso é um compromisso de imediato para a gente fazer.

Sobre a outra parte, eu quero também que vocês entendam que nós queremos ser parceiros de vocês nessa empreitada. (Palmas.) Eu quero aqui apresentar a vocês algumas pessoas da nossa equipe: a Subsecretária da Assistência Social, Ana Lígia, que está ali, que foi Secretária Nacional da Assistência Social do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Sra. Adriana, que é Diretora de Proteção Especial da nossa Secretaria; as minhas duas assessoras especiais – Cláudia Saboia, que é assistente social e advogada, e Marlene Azevedo, que é assistente social.

Nós temos uma equipe do mais alto gabarito. São todas pessoas, com exceção da Adriana, que vieram do MDS comigo para atuar na Secretaria. E a gente vai fazer um trabalho de que vocês vão gostar com toda a certeza, porque faremos aquilo que é necessário para que os direitos sociais das pessoas sejam garantidos, para que a gente trabalhe na perspectiva da construção da cidadania, e não naquela velha prática do clientelismo que a Assistência Social, no passado, representou.

Quero ter permanentemente contato com vocês. Quero informá-los, no dia em que for assinada a ordem de serviço pelo Governador, de que a ordem de serviço foi assinada e será imediatamente iniciada a construção do albergue, assinado o contrato com a empresa para autorizar a construção. Da mesma forma, será comunicado a vocês quando os outros dois albergues começarem a ser construídos. Vamos desenhar juntos uma estratégia para a retirada, aos poucos, do albergue. Vamos retirar primeiro a população que usa mais esse tipo de prática.

Mas eu quero dizer novamente a vocês que precisamos que a Segurança Pública atue naquilo que é papel dela: coibir o tráfico de drogas, coibir a prática de delitos que acontecem naquela região. E o que está dentro do albergue, nós vamos ser responsáveis por aprimorar nossa fiscalização.

Nós sabemos muito bem que esses 2%, que são a exceção à regra, é que fazem todo esse tumulto; é que, por exemplo, embora tenhamos a fiscalização para que ninguém entre armado, jogam armas por cima do muro, eles fazem todos os tipos de coisas. Então, temos que reprimir de fato essas pessoas que praticam esse tipo de coisa.

E para terminar, pois estou atrasada para uma consulta, embora eu esteja bem de saúde, graças a Deus, eu quero dizer que queremos ser parceiros de vocês; as demandas sobre as quais a Sra. Liomar falou, ela tem toda a razão. Por isso mesmo que começamos a estabelecer conversações com o Secretário, para que possamos ser, no momento em que for retirado dali o albergue, construídos ali serviços públicos, sendo que algum dele tem de ser de assistência social. Nós vamos fazer isso. Vamos disponibilizar terrenos para que a Saúde possa implementar alguns serviços naquele local. Não sei se será possível uma escola, também não sei se haveria espaço. Nós vamos discutir sobre isso com calma, pois não será hoje que iremos decidir sobre isso. Vamos continuar conversando.

Eu quero dizer a vocês que eu fiz questão de pessoalmente participar desta comissão geral, porque não gostamos de fugir do debate. Gostamos de encarar as pessoas para falar das coisas que estamos pensando em fazer. Portanto, queremos ser parceiros de vocês. Entendemos o drama que vocês estão vivendo. Sabemos que vocês são pessoas cristãs, e como bons cristãos reconhecem as necessidades das pessoas pobres. Mas também compreendemos a

aflição das mães de família, das pessoas que têm filhos que passam por ali e estão sujeitos a todos os tipos de agressão, de ataques por parte dessas pessoas que, digamos assim, já saíram da normalidade e estão numa situação de extremo risco.

Então, precisamos entender isso. Vamos trabalhar juntos com vocês para superar esses dramas todos. Portanto, contem conosco. Estaremos estabelecendo um diálogo permanente com vocês. Vamos manter contato permanente também com o Administrador, para que ele transmita a vocês as ações que vamos iniciar.

Logo que possível, são só dois meses, não é possível fazermos tudo, mas brevemente estaremos, com certeza, anunciando outras medidas no sentido da instalação de outros serviços públicos, para que vocês sejam contemplados nas demandas que colocaram aqui. Eu serei porta-voz de vocês junto ao Secretário de Saúde, ao Secretário de Educação, para que possamos melhorar as condições de vida da comunidade do Areal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu quero agradecer imensamente a Secretária de Desenvolvimento Social, Deputada Arlete Sampaio, ao Dr. Júlio. Eu quero agradecer imensamente também ao Dr. Medeiros, ao comandante Robson, à Sra. Telma, ao meu companheiro de causa, Deputado Olair Francisco, ao Deputado Evandro Garla, que ficou até agora, firme, e ao Deputado Wasny de Roure. Eu quero agradecer imensamente a todas e a todos que participaram desta audiência pública.

O fundamento, o princípio desta Casa é o princípio do debate para resolvermos o problema. Nós hoje, digamos, começamos a resolvê-lo, sem que ele tenha apenas o caráter policialesco, que os agentes de segurança disseram que não tem, sem que o caráter social venha afligir mais ainda os moradores que precisam e, aliás, têm direito sagrado à paz e à segurança; mas contemporizando direitos. Nós temos de entrar no século XXI tendo a consciência disso.

Por isso eu queria sugerir, afóra as medidas já sugeridas por nós aqui – o Deputado Olair Francisco, eu e o Deputado Evandro Garla, enfim, todos os colegas, o Deputado Chico Vigilante –, algumas sobre as quais a Deputada Arlete Sampaio prenunciou que já vinha atuando, em relação ao policiamento efetivo nos arredores, porque me parece que o maior índice de criminalidade se dá ali nos arredores, porque havendo crime tem de haver prisão em flagrante, e é preciso policiamento ostensivo e efetivo. Então, me parece que a questão é mesmo policial!

A construção com a desativação, mas com a cautela de também não transferir o problema para outra cidade. Tem de ter muita cautela para que meu bem não seja o mal dos outros. Não me parece que seja cristandade razoável.

Em um momento mais imediato, Deputada Arlete Sampaio, essa é mais uma angústia que me dá no Parlamento. Nós poderíamos propor uma reunião – se V.Exa. puder participar, já que é fundamental a sua presença – com um grupo menor de pessoas, porque esse assunto não se resolve em assembleias. Deve-se provocar o debate, mas não se resolve em assembleias! Então, é preciso uma comissão de moradores, uma administração e a Secretaria em uma reunião ainda na próxima semana, e V.Exa. pode marcar, para que essas medidas fossem detalhadas. Mas, pedindo a compreensão de todos os militantes da causa, porque a natureza não dá saltos e não há como corrigir, senão pela enganação – e isso esse Governo não fará! – um problema causado há anos pela exclusão social.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 17h57min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª
(PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Os itens de pauta foram mencionados na sessão ordinária anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de ligar para o Dr. Rogério Leite Chaves, que é o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, e caberá a ele dar o parecer a respeito da legalidade da contratação dos novos policiais. A verdade é que o Comandante-Geral da Polícia Militar ainda não fez a consulta.

Se existe uma coisa de que não gosto, Deputado Patrício, é de as pessoas prometerem as coisas e não cumprirem. Ele me disse que faria a consulta em uma semana, portanto, encareço a V.Exa., enquanto Presidente desta Casa, que encaminhe ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal um requerimento de todos os Deputados – porque todo mundo aqui concorda – para que ele se dirija ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal a fim de que o parecer seja dado. Se não, vai ficar nessa situação, vai expirar a validade do concurso e o pessoal vai ficar indo para cima e para baixo. Acho que eles já estão cansados de serem enganados.

Portanto, encareço a V.Exa. que encaminhe um ofício da Casa – eu não precisava ensinar a ele fazer as coisas – ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. Rosbak, para que ele se dirija ao Procurador, com quem acabo de falar e a consulta não chegou ainda. Ele está pronto a responder quando a consulta chegar. Aí ele vai dizer se é legal ou se não é. Se ele disser que não pode, não pode; se ele disser que pode, pode; daí vamos viabilizar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, eu também não gosto de prometer, por isso tenho o maior cuidado e cautela sobre aquilo em que me pronuncio. Por isso, quando falei, falei na assessoria jurídica do Governador e não na Procuradoria.

Na verdade, o Secretário de Segurança Pública vai estar nesta Casa amanhã, às 11 horas, para debater esse tema e outros assuntos também. O Comandante-Geral vem na sexta-feira à Presidência desta Casa e já disse que vai, na sexta-feira, falar com o Procurador para tratar desse assunto e de outros temas pertinentes à Polícia Militar do Distrito Federal.

Com certeza, o ofício será feito pela Presidência desta Casa, colhidas as assinaturas dos Parlamentares, e encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dá-se início à ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 85, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo XX – Despesas Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constante da Lei nº 4.533, de 30 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2011”.

Esta Presidência quer informar que, na conformidade do previsto no art. 42 do Regimento Interno:

“Art. 42. São atribuições do Presidente da Câmara Legislativa (...)

III – quanto às Comissões:

b) designar substituto eventual na ausência dos membros das Comissões e de seus suplentes, observada a indicação partidária ou de bloco parlamentar;”

Como os blocos já formalizam as indicações para as Comissões, farei a indicação dos relatores da CEOF para os PLS nºs 85/2011, 86/2011 e 87/2011, e da Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Educação e Saúde, Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e Comissão de Constituição e Justiça para o PL nº 88/2011.

Eu vou seguir uma ordem, e cada um vai pegar a relatoria de um projeto, de acordo com o que está na indicação, até porque ainda não foi feita eleição, e será só para votação desses projetos

em plenário, em regime de urgência.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 85, de 2011, que “altera o Anexo XX – Despesas Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constante da Lei nº 4.533, de 30 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2011”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero lembrar aos Parlamentares que foi apresentada uma emenda a este projeto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – A saúde pública do Distrito Federal encontra-se em estado de emergência declarado pelo Decreto nº 32.713, de 1º de janeiro de 2011. O quadro de abandono, com a falta de infraestrutura, a falta de profissionais, o descaso com o usuário do SUS, choca e revolta a população do DF. A reversão desse quadro é uma das prioridades do Governo do Distrito Federal, com o apoio de todo o Poder Legislativo. Aliado a problemas pré-existentes à assunção da administração do Hospital Regional de Santa Maria pela Secretaria de Estado de Saúde, exacerbou a necessidade de novas contratações de médicos e profissionais de saúde e ensejou a necessidade de preenchimento de todos os cargos vagos existentes na estrutura da Secretaria.

Tendo em vista apenas a discrepância do valor constante da nova redação do Anexo XX da LOA de 2011 e os cálculos enviados na Mensagem do Governador que chegou a esta Casa ontem, o conjunto de Deputados da Casa está apresentando uma emenda contendo as correções necessárias.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PL nº 85/2011, que “altera o Anexo XX – Despesas Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constante da Lei nº 4.533, de 30 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2011”, nos termos da Emenda nº 1 de Plenário.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 85, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 86, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV – Despesas Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constante da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011”.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Cláudio Abrantes emitiu o parecer, e V.Exa. colocou o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em votação, ou já colocou direto?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Já foi votado o parecer da CEOF e o projeto em primeiro turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que não fique nenhuma dúvida: o projeto foi relatado pela CEOF; ele não teria necessariamente que ser relatado pela CCJ para que passássemos ao próximo item da pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não, porque trata de questão orçamentária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Está certo. Ok. Só um cuidado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado. A Assessoria de Plenário também está atenta. Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 86, de 2011, que “altera o Anexo IV – Despesas Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, constante da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o nosso parecer conclui pela aprovação da emenda modificativa junto com o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, o parecer da CEOF é pela aprovação, incluindo a emenda.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 86, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 87, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais)”.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 87, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais)”.

“A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica aberto, nos termos do art. 54 da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2011 (Lei nº 4.533, de 30 de dezembro de 2010), crédito especial no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no anexo II.

Art 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento, conforme anexo I.

Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.”

Sr. Presidente, o Relator vota favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela aprovação. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ao final da votação, eu gostaria de fazer uma declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 87, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, quero dizer que votei favoravelmente ao projeto, depois de muitas discussões do Governo e sem considerar que estamos fazendo a votação desse crédito obedecendo ao que está disposto na nossa LDO e na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a reserva de contingência não deveria ser usada com este propósito. Nós tínhamos caminhos alternativos, como a própria derrubada do veto que tem essas mesmas ações lá descritas ou arranjar outras soluções, como remanejamentos orçamentários.

Agora, como o Governo, neste momento, alegou que não tinha condições de fazer esse levantamento e que esses três pontos eram importantes para a melhoria da questão da Saúde, como a construção do bloco materno-infantil do Hospital da Ceilândia, as UPAs e a construção da sala bariátrica do HUB, estou votando favoravelmente, mas registro que acho que não fizemos da forma certa.

O projeto é meritório, é importante e necessário, e por conta disso estou votando, reconhecendo que estamos usando erroneamente a reserva de contingência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o quantitativo estabelecido do Anexo II da Lei nº 3.716, de 9 de dezembro de 2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16 de junho de 2006, e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o quantitativo estabelecido do Anexo II da Lei nº 3.716, de 9 de dezembro de 2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16 de junho de 2006, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Rejane Pitanga para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Rejane Pitanga, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para emitir parecer.

Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o quantitativo estabelecido no Anexo II da Lei nº 3.716, de 9 de dezembro de 2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16 de junho de 2006, e dá outras providências.”

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, nossa análise no mérito é um parecer favorável à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A presidência designa o Deputado Wasny de Roure pra emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o quantitativo estabelecido no Anexo II da Lei nº 3.716, de 9 de dezembro de 2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16 de junho de 2006, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 88, de 2011, que atende aos ditames orçamentários previstos na nossa Lei Orçamentária Anual.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o quantitativo estabelecido no Anexo II da Lei nº 3.716, de 9 de dezembro de 2005, e no Anexo I da Lei nº 3.870, de 16 de junho de 2006, e dá outras providências”.

Cumpra à Comissão de Constituição e Justiça fazer o exame dos requisitos de admissibilidade do projeto: a sua constitucionalidade, a sua legalidade, a sua juridicidade, a sua técnica legislativa e a sua redação. Sob esse ponto de vista, nós vimos claramente a iniciativa, a superação de qualquer debate no plano da Lei de Responsabilidade Fiscal, já feita pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que deveria fazer o julgamento da hipótese, de maneira que, entrando no ordenamento jurídico por iniciativa do Poder Executivo, estando na conformidade da nossa legislação, posso afiançar que o projeto é admissível, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, como Deputado da Base do Governo, Deputada Eliana Pedrosa, acho que esta é a maior demonstração de que esta Casa quer que o Distrito Federal funcione.

Na verdade, nós estamos votando um projeto, dando autorização para o Governo do Distrito Federal contratar pessoas para a área da Saúde. Nós estamos dando essa autorização num gesto de boa vontade da Câmara Legislativa do Distrito Federal e estamos fazendo isso no dia de hoje. Portanto, eu acho que a situação é de caos que vive a Saúde, situação dramática que a população está vivendo, Deputado Patrício.

Mas é importante — e falo como um crítico mesmo — que o Governo compreenda que agora o Poder Legislativo está funcionando plenamente com essa Mesa Diretora encabeçada por V.Exa., que todos os blocos estão funcionando e que, daqui para frente, na hora em que o Governo precisar de qualquer autorização nossa, que mande antes, para que nós possamos examinar efetivamente.

Quero reconhecer que a Oposição aqui está fazendo o mesmo que eu faria se eu estivesse aqui como Oposição: daria esse crédito de confiança, mas estaria fazendo a mesma cobrança que eu estou fazendo, porque ser Base é também apontar falhas. E há falhas, Deputado Chico Leite. Há falhas. Não são falhas graves, porque, se fossem, nós não votaríamos, mesmo com o caos estabelecido.

Mas eu acho, Deputado Patrício –V.Exa. tem primado por um bom começo –, que precisa ficar essa mensagem para o nosso Governo. É preciso ficar a mensagem clara, objetiva, direta de que nós estamos dispostos efetivamente a votar sem reivindicar nada. Não estou reivindicando nada. Nós só queremos que o processo normal do Legislativo seja respeitado. Isso é bom para a Casa, é bom para o Distrito Federal, é bom para o Poder Legislativo e é bom para o Poder Executivo, porque nós vimos em legislaturas passadas aqui, Deputado Patrício, quando as coisas eram feitas, Deputado Chico Leite, no afogadilho, que não deu certo. E nós não queremos cometer os mesmos erros que os outros já cometeram.

Temos que ter humildade e aprender com os erros. Eu acho que isso é fundamental.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, por muitos anos aqui nesta Casa, fiz o debate da tentativa de melhoria da Saúde e muito especialmente da fiscalização dos gastos, da fiscalização dos recursos públicos à Saúde. Exemplo disso é apontar que o Governo anterior gastou 5 vezes mais com a iniciativa privada do que com hospitais, postos de saúde e clínicas públicas. Outro exemplo é apontar aquela dinheirama que ficou em investimento no BRB e as pessoas morrendo nas filas dos hospitais, dos postos. Foram muitas as denúncias.

Eu me lembro bem, Deputada Liliane Roriz, Deputada Celina Leão, de que naqueles governos — ambas são coautoras do requerimento — eu lutei muito para abrir uma CPI da saúde, a que agora pude me subscrever, e não consegui, porque as lideranças de Governo não deixavam. Houve gente que colocou a assinatura e a retirou. Esse Governo vai abri-las, vai investigar o que houver de irregularidade, Deputado Chico Vigilante, Líder Wasny, nós sabemos disso. E a primeira resposta fundamental é esta: é a de nós hoje darmos esse crédito de confiança ao Governo, que começou o seu trabalho pela Saúde. Esse é um crédito de confiança, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem razão. Nós que lutamos tanto por isso, damos o crédito de confiança, vamos fiscalizar as aplicações.

Estimo que aproveemos a lei dos concursos públicos antes de fazê-los. Que sejam contratados os concursados, que evitemos qualquer outra porta de entrada no serviço público que não a do concurso. E que efetivamente, Líder Wasny, possamos atender o maior reclame da população do Distrito Federal, que sempre disse que a Saúde não tinha preço e estava sendo utilizada como mercadoria, que a Saúde andava na UTI.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós que militamos na vida pública sempre nos colocamos como aprendizes do processo. Nós recebemos do Governo o projeto, imediatamente o processamos e identificamos alguns lapsos dele,

nós os encaminhamos imediatamente ao Governo, o qual respondeu por ocasião da primeira reunião que fizemos, que foi na última segunda-feira, em foi apresentada a tabela do impacto orçamentário e financeiro de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fizemos um longo debate na segunda-feira, um debate extremamente rico dos 2 projetos. Inclusive, este projeto teve o objetivo de corrigir uma situação pretérita: 456 pessoas – enfermeiros e, parece-me, biólogos – contratadas sem a criação de cargos. Em nenhum momento nos propusemos a fazer luta política, porque a nossa tarefa neste momento é corrigir, avançar para melhorar a saúde pública no Distrito Federal, e assim o fizemos.

Hoje pela manhã houve outra reunião porque, através de um debate profícuo, os técnicos apresentaram esse debate levantado pela Deputada Eliana Pedrosa, para o qual não há concordância, não há unanimidade. Alguns entendem que é absolutamente tranquilo. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 5º, inciso III, remete à Lei de Diretrizes Orçamentárias e esta prevê entre 3% e 1% da receita corrente líquida, e a partir daí o fizemos.

Apesar disso, eu creio que todo debate deve ter o seu desdobramento. Eu proponho aqui que possamos dar prosseguimento a esse debate. Durante 3 anos participei da Comissão Mista de Orçamento. Tenho, portanto, condições de diálogo naquela comissão para, inclusive, recorrer naquele espaço daquela Casa para debater esse tema, para discutir a questão de cancelamento da reserva de contingência. Não tenho nenhuma dificuldade, tanto no GDF, como no Congresso Nacional.

Quero agradecer aos Srs. Deputados. Sem dúvida, temos de melhorar; sem dúvida, temos de aprimorar. Vou procurar, por meio das observações feitas aqui, evitar novos e possíveis equívocos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever também a minha declaração de voto no segundo turno desse projeto.

Como o Deputado Wasny de Roure colocou, esse projeto foi bem discutido, talvez não com o tempo necessário, mas tivemos a oportunidade de discuti-lo e há, sim, opiniões divergentes sobre a questão do uso ou não da reserva de contingência, dos R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais). Conseguimos realmente evoluir no sentido de citar as categorias também no outro projeto. Então, é algo que nós conseguimos construir, sim, num curto período de tempo.

Aqui eu quero pegar as palavras do Deputado Chico Vigilante e assinar embaixo, porque realmente nós temos de estar na Situação ou na Oposição e o caráter tem de ser o mesmo. Não podemos mudar nosso caráter, porque isso não está em jogo na nossa vida política. Parabeno-o pelas palavras até para que, num momento em que o Governo tenha pressa, antecipe-se e mande os projetos para a Casa com tempo hábil para discussão, a fim de entrarmos num entendimento.

Como Oposição – S.Exa. falou aqui como Base –, vamos, sim, votar nesse primeiro momento, para facilitar a questão da Saúde. Todos nós queremos que a Saúde dê certo aqui no Distrito Federal, queremos também fazer da forma certa, independentemente do lugar, ou da Situação ou da Oposição, em que nós estivermos.

Entendemos que foi algo importante, construído numa semana curta, num tempo pequeno, mas foi algo em que realmente nós conseguimos alguns avanços, tanto para os concursados da Saúde, como para os concursados também que estão querendo definição da especialidade, ou dos técnicos, dentro da emenda que propomos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar também a posição da Casa por aprovar um projeto de tanta importância e dizer que não é apenas isso, não é apenas esse projeto que vai solucionar o problema, pois, na verdade, só se vai contratar daqui a um tempo,

e as pessoas continuam morrendo.

As goteiras do pronto-socorro, os aparelhos que estão sem funcionar, não se sabe se estão estragados ou se estão assim por desleixo. Não é isso que vai resolver o problema de imediato, mas é importante que o votemos, até para não dizerem que a Câmara está segurando, que é por isso que há problemas na Saúde. Não! Estamos fazendo a nossa parte. E eu acho que é uma questão de gestão, como bem disse o Deputado Joe Valle na sua fala, no início desta sessão.

Eu gostaria de pedir ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, que cobre do Secretário Rafael um projeto aprovado nesta Casa. Trata-se de uma emenda de minha autoria que dá aos técnicos de Nutrição, que foram preteridos quando o Executivo garantiu a todos os técnicos da área de saúde a redução de 30 para 24 horas. Nós fizemos uma emenda num outro projeto, ele foi aprovado por esta Casa, o Governador vetou, com o argumento de que era um período eleitoral e não poderia fazer porque aumentaria as despesas, e também pelo vício de origem.

Eu estive conversando com o Secretário Rafael, que ficou de, junto a este projeto, mandar. S.Exa. me alegou à época que não mandou – já cobrei dele –, alegou que como estava sem UAG, demorou a ser nomeado e, assim que tivesse, mandaria.

Eu queria apenas registrar esse compromisso, Deputado Wasny de Roure, para que V.Exa. o lembre de que, efetivamente, ainda precisa vir o projeto para contemplar os técnicos em nutrição e chamar os novos aprovados, também técnicos em nutrição, já previstos na LDO.

Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa. para responder ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rôney Nemer, eu assumo o compromisso com V.Exa. e com os concursados de aprofundar este debate e verificar os possíveis equacionamentos, porque nesse momento nós queremos valorizar o banco de concursados da Secretaria de Saúde. Naturalmente, a contratação é imediata. A previsão é para agora, para março e abril. Temos no calendário previsto, só este ano, acima de 2.500 servidores. Portanto, vamos dar desdobramento a este debate ao nível da Secretaria de Saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

O projeto segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “requer a realização de audiência pública no dia 15 de fevereiro do corrente ano para debater a situação atual da terra pública rural do Distrito Federal”.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado em turno único com a presença de 21 Deputados.

Esta Presidência convocará sessão extraordinária a realizar-se após esta, com a seguinte pauta de votação dos itens em segundo turno:

Item nº 1 - Projeto de Lei nº 85, de 2011; Item nº 2 - Projeto de Lei nº 86, de 2011; Item nº 3 - Projeto de Lei nº 87, de 2011; Item nº 4 - Projeto de Lei nº 88, de 2011.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h21min.)